



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2025**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho, a fim de: elaborar, atualizar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (**PCMSO**); elaborar, atualizar e acompanhar o Programa de Gerenciamento de Riscos (**PGR**) e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (**GRO**); elaborar, atualizar e acompanhar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (**LTCAT**); Perfil Profissiográfico Previdenciário (**PPP**); elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho (**AET**); assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes à Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (**Gestão SST**) para a plataforma do eSocial; assessorar o Setor de Recursos Humanos nas questões que envolvam saúde e segurança do trabalho, emitindo orientações e pareceres; realizar e emitir ASO referente aos exames médicos ocupacionais pertinentes – admissional, demissional, periódico, mudança de função e retorno ao trabalho; realizar perícias médicas no intuito de certificar se há aptidão para retorno ao trabalho de funcionários afastados e análise de realocação de função – (**Exames Médicos Ocupacionais**); realizar avaliação do empregado e do atestado apresentado, apreciando a relação entre a doença apresentada e a quantidade de dias concedidos; avaliar atestados médicos de incapacidade, temporária ou permanente, encaminhamento para a previdência competente, solicitação de benefícios de aposentadoria ou negativa, e demais questões correlatas, bem como todo suporte necessário e que compete à área de medicina do trabalho para o Core-ES (**Validação de Atestados Médicos**).

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação pretendida se justifica em virtude da proximidade do termo final do atual contrato e da inafastável necessidade de se manter os serviços que visam atender às demandas do Setor de Recursos Humanos na área da medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho, e de conformidade com Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, como NR-7 e NR-9, dentre outras, que tratam da segurança e saúde dos funcionários no local de trabalho, garantindo o cumprimento dos direitos e deveres dos colaboradores por intermédio de soluções adequadas para cada caso concreto, minimizando os riscos na área trabalhista.

**3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1. A prestação dos serviços deverá atender a todos os empregados do Core-ES.
- 3.2. Os serviços deverão ser elaborados e executados de conformidade com a legislação vigente, incluindo as obrigações a serem enviadas para o eSocial e, por profissionais



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, visando assim, cumprir a legislação vigente, bem como garantir a qualidade e idoneidade dos serviços prestados.

**3.3. Serviços a serem prestados:**

<b>Item</b>	<b>Serviço</b>	<b>Quantidade</b>
1	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	1
2	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO)	1
3	LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho	1
4	PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário	30
5	AET – Análise Ergonômica do Trabalho	1
6	Gestão SST – Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial	12 (meses)
7	Serviços de Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho	5 (sob demanda)
8	Exames Médicos Ocupacionais	30 (sob demanda)
9	Validação de Atestado Médico	20 (sob demanda)

**3.3.1. PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional: elaborar, atualizar e coordenar.

3.3.1.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 40 (quarenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

**3.3.2. PGR** - Programa de Gerenciamento de Riscos / **GRO** - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: elaborar, atualizar e acompanhar.

3.3.2.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 40 (quarenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

**3.3.3. LTCAT** - Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho: elaborar, atualizar e acompanhar.

3.3.3.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 40 (quarenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

3.3.3.2. Avaliações quantitativas que se fizerem necessárias não poderão ter cobrança de valor adicional ao valor do contrato.

**3.3.4. PPP** – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

3.3.4.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

**3.3.5. AET** - Análise Ergonômica do Trabalho: elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da AET.

3.3.5.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 90 (noventa) dias contados a partir da vigência do contrato.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**3.3.6. Serviços de Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho:** assessorar o Setor de Recursos Humanos nas questões que envolvam Saúde e Segurança do Trabalho, emitindo orientações e pareceres.

3.3.6.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

3.3.6.2. O prazo para atendimento das solicitações de orientações e pareceres é de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de solicitação do Setor de Recursos Humanos do Core-ES.

**3.3.7. Gestão SST - Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial:** assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes SST para a plataforma do eSocial.

3.3.7.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato e de acordo com as normativas do eSocial.

**3.3.8. Exames Médicos Ocupacionais:** realizar e emitir ASO referente aos exames médicos ocupacionais pertinentes (admissional, demissional, periódico, mudança de função e retorno ao trabalho); realizar perícias médicas no intuito de certificar se há aptidão para retorno ao trabalho de funcionários afastados e análise de realocação de função.

3.3.8.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

3.3.8.2. O prazo para agendamento dos exames médicos ocupacionais é de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Setor de Recursos Humanos do Core-ES.

3.3.8.3. Exames laboratoriais, de análises clínicas e exames complementares de diagnóstico, quando se fizerem necessários, segundo a função desempenhada pelo trabalhador e de acordo com a NR7, serão cobrados a parte obedecendo aos valores constantes na tabela da AMB – Associação Médica Brasileira e, portanto, não devem integrar os custos para mensurar o valor do contrato.

3.3.8.4. A realização dos Exames Médicos Ocupacionais deverá ser agendada no Município da Sede do Core-ES, lotação dos empregados públicos: Vitória/ES.

**3.3.9. Validação de atestado médico:** realizar avaliação do empregado e do atestado apresentado, com o fito de apreciar a relação existente entre a doença apresentada e a quantidade de dias concedidos; avaliar atestados médicos de incapacidade, temporária ou permanente, encaminhamento para a previdência competente, solicitação de benefícios de aposentadoria ou negativa, e demais questões correlatas, bem como todo suporte necessário e que compete à área de medicina do trabalho para o Core-ES.

3.3.9.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

#### **4. DA QUANTIDADE DE COLABORADORES**

4.1. O Core-ES possui 22 (vinte e dois) colaboradores em seu quadro de pessoal, sendo 20 (vinte) empregados públicos e 2 (dois) estagiários.

4.2. O atendimento médico do trabalho deverá ser efetuado para todos os colaboradores lotados na cidade de Vitória/ES, considerando como forma de atendimento o deslocamento do médico ou o credenciamento de empresa obrigatoriamente estabelecida no respectivo município, sem cobrança adicional, além do valor mensal contratual.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

- 4.3. Caso a contratada não apresente local credenciado para atendimento na localidade ou ocorra o descredenciamento da unidade para a realização de exames ocupacionais e validação de atestados, deverão ser realizados *in loco* os exames previstos, sem cobrança adicional, além do valor mensal contratual.
- 4.4. O número de funcionários pode variar mensalmente, devido às admissões e demissões ao longo do período.
- 4.5. O aumento de empregados até o limite de 10% (dez por cento) estarão contemplados no preço mensal.
- 4.6. Na hipótese de o quadro de empregados superar o limite descrito no item 4.5. o Core-ES pagará à Contratada o adicional por empregado excedido.
- 4.7. O custo adicional por empregado excedente será equivalente ao valor mensal pago pelo Core-ES dividido pelo total de colaboradores.

**5. DA CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE**

5.1. A empresa deverá ser especializada em serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e engenharia e segurança do trabalho.

**5.2. Deverá apresentar na sessão licitatória:**

5.2.1 comprovante de inscrição/registo e de regularidade da pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Medicina do Estado de origem;

5.2.2. apresentar 1 (um) atestado de desempenho e capacidade técnica em favor do licitante proponente, contendo serviços de natureza semelhante aos ora licitados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, impresso em papel timbrado do emitente contendo razão social, CNPJ, características dos serviços realizados, local de execução, data de emissão, nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão do atestado, sem rasuras ou entrelinhas e que comprove que o licitante executou ou está executando os serviços de forma satisfatória.

**5.3. Deverá apresentar para a assinatura do contrato:**

5.3.1. comprovante de inscrição/registo e de regularidade da pessoa jurídica (empresa) no Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo – CRM-ES;

5.3.2. relação da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços ao Core-ES, ou seja, dos profissionais legalmente habilitados para execução, elaboração e assinatura dos serviços objeto da contratação, acompanhada de *curriculum vitae* de cada um dos profissionais.

5.3.2.1. Os integrantes da equipe técnica deverão estar efetivamente vinculados à contratada, sendo necessário apresentar documentação comprobatória desse vínculo (empregado/sócio/autônomo etc.).

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Realizar os serviços objeto da contratação, elencados no item 3 – da descrição dos serviços – deste Termo de Referência, de acordo com a legislação e normas vigentes e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

legislação pertinente, garantindo assim o fiel cumprimento dos direitos e deveres dos empregados e da empresa, por intermédio de soluções adequadas para cada caso, minimizando custos e riscos na área trabalhista.

6.2. Realizar os serviços objeto da contratação e elencados no item 3 com presteza, pontualidade, qualidade e eficiência, de forma a atender integralmente as demandas do contratante.

6.3. Realizar avaliação in loco das atividades e processos de trabalho da empresa, bem como dos riscos ambientais, para definições das ações dos programas a serem elaborados e ou atualizados.

6.4. Dar continuidade aos programas já implementados, elaborando e ou atualizando, dentro dos respectivos prazos de vigência.

6.5. Garantir que os serviços sejam elaborados e executados de conformidade com a legislação vigente e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, visando assim, cumprir a legislação vigente, bem como garantir a qualidade e idoneidade dos serviços prestados.

6.6. Manter os registros dos exames médicos realizados nos funcionários do contratante conforme descrito no programa, bem como guardar os arquivos pelo período de 20 (vinte) anos após a demissão do funcionário do contratante ou enquanto durar a prestação destes serviços.

6.7. Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos, por motivos estranhos à sua vontade, tais como: força maior comprovada, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos órgãos públicos, judiciais ou de classe, bem como caso fortuito.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Enviar mensalmente para a Contratada, em data a combinar entre as partes, comunicado de admissões, demissões e alterações de funções e lotações.

7.2. Garantir acesso à Contratada às dependências do Contratante para cumprimento de suas respectivas obrigações.

7.3. Cumprir integralmente a parte que cabe à empresa conforme estabelecido nos programas de medicina e segurança do trabalho.

7.4. Providenciar a convocação de seus funcionários para a realização dos exames dentro dos prazos estabelecidos no PCMSO.

7.5. Fornecer à Contratada todas as informações que esta necessitar para viabilizar a execução do objeto em questão, de conformidade com o solicitado pela contratada.

7.6. Atestar a nota fiscal correspondente ao mês de execução dos serviços prestados, por intermédio do setor competente.

7.7. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, mediante nota fiscal devidamente atestada.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**8. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS NA SESSÃO LICITATÓRIA**

8.1. Por se tratar de serviços comuns, será aplicada a modalidade Pregão, na forma eletrônica, para a contratação pelo critério de julgamento pelo menor preço.

**9. DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS**

9.2. O valor referencial máximo anual admitido no certame será de R\$ 22.883,27 (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos), incluindo tanto os serviços com quantitativo fixo (itens 1 ao 6 da tabela do item 3.3 deste Termo de Referência), quanto os serviços sob demanda (itens 7 ao 9 da tabela do item 3.3).

9.3. A estimativa de valor a ser pago anualmente pelos serviços elencados nos itens 1 ao 6 é de **R\$ 13.683,72** (treze mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor mensal de R\$ 1.140,31 (um mil, cento e quarenta reais e trinta e um centavos).

9.4. A estimativa de valor a ser pago anualmente pelos serviços elencados nos itens 7 ao 9 é de **R\$ 9.199,55** (nove mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme necessidade da Administração na prestação de Assessoria SST, Exames Médicos Ocupacionais e Validação de Atestado Médico.

9.5. Os preços da prestação dos serviços deverão ser apresentados conforme modelo abaixo:

Descrição do objeto	Valor mensal	Valor anual
Prestação de serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho de acordo com a descrição de serviços constante no item 3 e subitens deste Termo de Referência. 1. PCMSO 2. PGR/GRO 3. LTCAT 4. PPP 5. AET 6. GESTÃO SST	R\$ 1.140,31	R\$ 13.683,72
Prestação de serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho de acordo com a descrição dos serviços constante no item 3 e subitens deste Termo de Referência, relativamente aos serviços sob demanda. 7. Serviços de Assessoria em Saúde e segurança do Trabalho 8. Exames Médicos Ocupacionais 9. Validação de Atestado Médico	R\$ 9.199,55 (itens sob demanda)	
Valor anual global	R\$ 22.883,27	





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**10. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

10.1. O Contratante efetuará o pagamento após 10 (dez) dias úteis do ateste na Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente do(a) Contratado(a), desde que o serviço tenha sido prestado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização do Contratante.

10.2. O Contratante seguirá a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

10.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 serão efetuados no âmbito do Core-ES, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal com o ateste do recebimento definitivo.

10.4. O Core-ES reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Contratante.

10.6. Na Nota Fiscal emitida para o CONTRATANTE deverão constar os dados bancários para crédito/emissão da ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).

10.7. Na Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar no campo “Observações”: o número da nota de empenho; e o número do processo. Exemplo:

<b>CORE-ES</b> 28.167.864/0001-11	<b>Nota de empenho</b> 203	<b>Exercício</b> 2024
<b>Número:</b> 203 <b>Tipo:</b> Global	<b>Processo:</b> 59/2024 <b>Modalidade Contratada:</b> Adesão a ata de registros de preços	<b>Emissão:</b> 19/09/2024

10.8. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

10.9. No caso do(a) Contratado(a) ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, caso esteja indisponível o sistema de consulta disponibilizado pela Receita Federal.

10.10. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, o(a) CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

10.11. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

10.12. É vedado ao(à) Contratado(a), sob pena de rescisão do ajuste, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto da avença.

10.13. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e o(a) Contratado(a) será intimada a providenciar sua regularização.

10.14. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará apenas os pagamentos devidos pelo que já houver sido executado, após o início do procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art. 147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

## **11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

11.1. O prazo inicial de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser sucessivamente prorrogado por iguais períodos, observado o prazo máximo estabelecido em Lei, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Poderá haver subcontratação para a prestação dos serviços relativos aos Exames Médicos Ocupacionais, Validação de Atestados e atendimento Médico do Trabalho, sendo serviços necessariamente agendados no município da sede do Core-ES.

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

- 14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A sanção prevista no item 14.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.5. A sanção prevista no item 14.2.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da Lei 14.133/21](#).
- 14.6. A sanção prevista no item 14.2.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.7. A sanção prevista no item 14.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.8. A sanção estabelecida no item 14.2.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

14.8.1. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

14.8.2. quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

14.9. As sanções previstas nos itens 14.2.1, 14.2.3. e 14.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 14.2.2.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.11. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.13. A aplicação das sanções previstas nos itens III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.14. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

14.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.17. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

14.17.1. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

14.17.2. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.17.3. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.18. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.20. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

14.20.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

14.21. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

14.21.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

14.22. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.22.2. pagamento da multa;

14.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

- 14.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;  
14.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.  
14.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**15. CONTATOS**

15.1. Setor Jurídico

E-mail: [juridico@core.org.br](mailto:juridico@core.org.br)

Tel.: (27) 3223-3502

Vitória/ES, 05 de dezembro de 2025.

**Helen de Oliveira Caldeira**

*Assessora de Recursos Humanos*



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA - CNPJ  
ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA  
TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO**

Ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_/2025 - UASG 385490**

A empresa ...(razão social da empresa)..., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... sediada na ...(endereço completo da cidade)..., visando concorrer no Pregão Eletrônico nº \_\_/2025 do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo – Core-ES, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ...(nome do representante legal da empresa)..., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº....., quem firma abaixo e se responsabiliza pela consequente assinatura de contrato, tendo examinado as condições com o pleno conhecimento das informações constantes do respectivo instrumento convocatório e seus anexos, vem, por meio desta, apresentar proposta de preços para os itens conforme quadro abaixo:

Descrição do objeto	Valor mensal	Valor anual
Prestação de serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho de acordo com a descrição de serviços constante no item 3 e subitens deste Termo de Referência. 1. PCMSO 2. PGR/GRO 3. LTCAT 4. PPP 5. AET 6. GESTÃO SST	R\$ ...	R\$ ...
Prestação de serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho de acordo com a descrição dos serviços constante no item 3 e subitens deste Termo de Referência, relativamente aos serviços sob demanda. 7. Serviços de Assessoria em Saúde e segurança do Trabalho 8. Exames Médicos Ocupacionais 9. Validação de Atestado Médico	R\$ ... (itens sob demanda)	
Valor anual global	R\$ ...	

Outrossim, declaramos que:



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

- a) Os valores são aqueles apresentados no quadro acima e o valor total global estimado para esta contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- b) Aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos;
- c) Os serviços serão fornecidos de acordo com a qualidade, prazo e condições fixadas no Termo de Referência;
- d) Nos valores unitários desta proposta estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação e a perfeita execução do serviço;
- e) Esta proposta é exequível e possuímos plena capacidade de executar o objeto nos valores acima mencionados;
- f) Temos pleno conhecimento da legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento, prazo de garantia e outros;
- g) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias; e,
- h) Estamos cientes de que, até que o Termo de Contrato seja assinado, esta Proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do instrumento convocatório (Edital do PE nº 01/2020);
- i) Dados Bancários da Empresa:

Nº Banco:

Nº da Agência:

Conta:

Contatos poderão ser efetuados através de: Telefone: (DDD) E-mail:

Cidade/UF, dia de mês de 2025.

**NOME E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL E CARIMBO DA EMPRESA**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Processo Administrativo nº 82/2025  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026

Contrato de prestação de serviço de engenharia e segurança e medicina do trabalho que fazem entre si o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo – Core-ES e a pessoa jurídica (...).

O **CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** – Core- ES, autarquia profissional, criado pela Lei nº 4.886/65, com sede à Rua Desembargador Sampaio, nº 40 – 8º andar, Praia do Canto, Vitória – ES, CEP: 29055- 250, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.167.864/0001-11, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Marcelo Marino Simonetti, Representante Comercial, inscrito no Core-ES sob o nº 10.084/1990, inscrito no CPF sob o nº 812.739.247-20, ao final e assinado, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, **(EMPRESA)**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede (...), administrada por (...), brasileiro(a), inscrito no CPF nº (...), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, observando-se, para tanto, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o Termo de Referência e condições a seguir enunciadas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho, a fim de: elaborar, atualizar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (**PCMSO**); elaborar, atualizar e acompanhar o Programa de Gerenciamento de Riscos (**PGR**) e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (**GRO**); elaborar, atualizar e acompanhar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (**LTCAT**); Perfil Profissiográfico Previdenciário (**PPP**); elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho (**AET**); assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes à Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (**Gestão SST**) para a plataforma do eSocial; assessorar o Setor de Recursos Humanos nas questões que envolvam saúde e segurança do trabalho, emitindo orientações e pareceres; realizar e emitir ASO referente aos exames médicos ocupacionais pertinentes – admissional, demissional, periódico, mudança de função e retorno ao trabalho; realizar perícias médicas no intuito de certificar se há aptidão para retorno ao trabalho de funcionários afastados e análise de realocação de função – (**Exames Médicos Ocupacionais**); realizar avaliação do empregado e do



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

atestado apresentado, apreciando a relação entre a doença apresentada e a quantidade de dias concedidos; avaliar atestados médicos de incapacidade, temporária ou permanente, encaminhamento para a previdência competente, solicitação de benefícios de aposentadoria ou negativa, e demais questões correlatas, bem como todo suporte necessário e que compete à área de medicina do trabalho para o Core-ES (**Validação de Atestados Médicos**).

1.2. Vinculam a presente contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. Proposta da Contratada;

1.2.2. Termo de Referência;

1.2.3. Edital do Pregão Eletrônico.

1.3. Discriminação do objeto.

Descrição do objeto	Valor mensal	Valor anual
Prestação de serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho de acordo com a descrição de serviços constante no item 3 e subitens do Termo de Referência. 1. PCMSO 2. PGR/GRO 3. LTCAT 4. PPP 5. AET 6. GESTÃO SST	R\$	R\$
Prestação de serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho de acordo com a descrição dos serviços constante no item 3 e subitens do Termo de Referência, relativamente aos serviços sob demanda. 7. Serviços de Assessoria em Saúde e segurança do Trabalho 8. Exames Médicos Ocupacionais 9. Validação de Atestado Médico	R\$ (itens sob demanda)	
Valor anual global	R\$	

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. Os serviços deverão ser elaborados e executados de conformidade com a legislação vigente, incluindo as obrigações a serem enviadas para o eSocial e, por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, visando assim, cumprir a legislação vigente, bem como garantir a qualidade e idoneidade dos serviços prestados.

2.2. Serviços a serem prestados.

Item	Serviço	Quantidade
1	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	1



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

2	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO)	1
3	LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho	1
4	PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário	30
5	AET – Análise Ergonômica do Trabalho	1
6	Gestão SST – Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial	12 (meses)
7	Serviços de Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho	5 (sob demanda)
8	Exames Médicos Ocupacionais	30 (sob demanda)
9	Validação de Atestado Médico	20 (sob demanda)

2.2.1. PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional: elaborar, atualizar e coordenar.

2.2.1.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 40 (quarenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

2.2.2. PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos / GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: elaborar, atualizar e acompanhar.

2.2.2.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 40 (quarenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

2.2.3. LTCAT - Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho: elaborar, atualizar e acompanhar.

2.2.3.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 40 (quarenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

2.2.3.2. Avaliações quantitativas que se fizerem necessárias não poderão ter cobrança de valor adicional ao valor do contrato.

2.2.4. PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

2.2.4.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

2.2.5. AET - Análise Ergonômica do Trabalho: elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da AET.

2.2.5.1. O prazo para conhecer o documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 90 (noventa) dias contados a partir da vigência do contrato.

2.2.6. Serviços de Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho: assessorar o Setor de Recursos Humanos nas questões que envolvam Saúde e Segurança do Trabalho, emitindo orientações e pareceres.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

2.2.6.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

2.2.6.2. O prazo para atendimento das solicitações de orientações e pareceres é de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de solicitação do Setor de Recursos Humanos do Core-ES.

2.2.7. Gestão SST - Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial: assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes SST para a plataforma do eSocial.

2.2.7.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato e de acordo com as normativas do eSocial.

2.2.8. Exames Médicos Ocupacionais: realizar e emitir ASO referente aos exames médicos ocupacionais pertinentes (admissional, demissional, periódico, mudança de função e retorno ao trabalho); realizar perícias médicas no intuito de certificar se há aptidão para retorno ao trabalho de funcionários afastados e análise de realocação de função.

2.2.8.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

2.2.8.2. O prazo para agendamento dos exames médicos ocupacionais é de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Setor de Recursos Humanos do Core-ES.

2.2.8.3. Exames laboratoriais, de análises clínicas e exames complementares de diagnóstico, quando se fizerem necessários, segundo a função desempenhada pelo trabalhador e de acordo com a NR7, serão cobrados a parte obedecendo aos valores constantes na tabela da AMB – Associação Médica Brasileira e, portanto, não devem integrar os custos para mensurar o valor do contrato.

2.2.8.4. A realização dos Exames Médicos Ocupacionais deverá ser agendada no Município da Sede do Core-ES, lotação dos empregados públicos: Vitória/ES.

2.2.9. Validação de atestado médico: realizar avaliação do empregado e do atestado apresentado, com o fito de apreciar a relação existente entre a doença apresentada e a quantidade de dias concedidos; avaliar atestados médicos de incapacidade, temporária ou permanente, encaminhamento para a previdência competente, solicitação de benefícios de aposentadoria ou negativa, e demais questões correlatas, bem como todo suporte necessário e que compete à área de medicina do trabalho para o Core-ES.

3.3.9.1. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE DE COLABORADORES**

3.1. O Core-ES possui 22 (vinte e dois) colaboradores em seu quadro de pessoal, sendo 20 (vinte) empregados públicos e 2 (dois) estagiários.

3.2. O atendimento médico do trabalho deverá ser efetuado para todos os colaboradores lotados na cidade de Vitória/ES, considerando como forma de atendimento o



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

deslocamento do médico ou o credenciamento de empresa obrigatoriamente estabelecida no respectivo município, sem cobrança adicional, além do valor mensal contratual.

3.3. Caso a contratada não apresente local credenciado para atendimento na localidade ou ocorra o desc credenciamento da unidade para a realização de exames ocupacionais e validação de atestados, deverão ser realizados in loco os exames previstos, sem cobrança adicional, além do valor mensal contratual.

3.4. O número de funcionários pode variar mensalmente, devido às admissões e demissões ao longo do período.

3.5. O aumento de empregados até o limite de 10% (dez por cento) estarão contemplados no preço mensal.

3.6. Na hipótese de o quadro de empregados superar o limite descrito no item 3.5. o Core-ES pagará à Contratada o adicional por empregado excedido.

3.7. O custo adicional por empregado excedente será equivalente ao valor mensal pago pelo Core-ES dividido pelo total de colaboradores.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

4.1. As obrigações do CONTRATANTE são:

4.1.1. Enviar mensalmente para a CONTRATADA, em data a combinar entre as partes, comunicado de admissões, demissões e alterações de funções e lotações.

4.1.2. Garantir acesso à CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para cumprimento de suas respectivas obrigações.

4.1.3. Cumprir integralmente a parte que cabe à empresa conforme estabelecido nos programas de medicina e segurança do trabalho.

4.1.4. Providenciar a convocação de seus funcionários para a realização dos exames dentro dos prazos estabelecidos no PCMSO.

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA todas as informações que esta necessitar para viabilizar a execução do objeto em questão, de conformidade com o solicitado pela contratada.

4.1.6. Atestar a nota fiscal correspondente ao mês de execução dos serviços prestados, por intermédio do setor competente.

4.1.7. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, mediante nota fiscal devidamente atestada.

4.2. As obrigações da CONTRATADA são:

4.2.1. Realizar os serviços objeto da contratação, elencados na cláusula segunda – da descrição dos serviços, de acordo com a legislação e normas vigentes e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente,



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

garantindo assim o fiel cumprimento dos direitos e deveres dos empregados e da empresa, por intermédio de soluções adequadas para cada caso, minimizando custos e riscos na área trabalhista.

4.2.2. Realizar os serviços objeto da contratação e elencados na cláusula segunda – da descrição dos serviços, com presteza, pontualidade, qualidade e eficiência, de forma a atender integralmente as demandas do contratante.

4.2.3. Realizar avaliação in loco das atividades e processos de trabalho da empresa, bem como dos riscos ambientais, para definições das ações dos programas a serem elaborados e ou atualizados.

4.2.4. Dar continuidade aos programas já implementados, elaborando e ou atualizando, dentro dos respectivos prazos de vigência.

4.2.5. Garantir que os serviços sejam elaborados e executados de conformidade com a legislação vigente e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, visando assim, cumprir a legislação vigente, bem como garantir a qualidade e idoneidade dos serviços prestados.

4.2.6. Manter os registros dos exames médicos realizados nos funcionários do contratante conforme descrito no programa, bem como guardar os arquivos pelo período de 20 (vinte) anos após a demissão do funcionário do contratante.

4.2.7. Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos, por motivos estranhos à sua vontade, tais como: força maior comprovada, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos órgãos públicos, judiciais ou de classe, bem como caso fortuito.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

5.1. O prazo inicial de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser sucessivamente prorrogado por iguais períodos, observado o prazo máximo estabelecido em Lei, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria: Conta 6.2.2.1.1.01.04.04.010 – Serviços de Medicina do Trabalho, Centro de Custos 02.01.001 – ATIVIDADES – Manter e desenvolver as atividades de gestão administrativa.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

7.1. O valor referencial máximo anual admitido é de R\$ (...), incluindo tanto os serviços com quantitativo fixo (itens 1 ao 6 da tabela do item 3.3 do Termo de Referência), quanto os serviços sob demanda (itens 7 ao 9 da tabela do item 3.3 do Termo de Referência).

7.2. A estimativa de valor a ser pago anualmente pelos serviços elencados nos itens 1 ao 6 é de R\$ (...), perfazendo o valor mensal de R\$ (...).





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

7.3. A estimativa de valor a ser pago anualmente pelos serviços elencados nos itens 7 ao 9 é de R\$ (...), conforme necessidade da Administração na prestação de Assessoria SST, Exames Médicos Ocupacionais e Validação de Atestado Médico.

7.4. O pagamento se dará nos termos definidos no item 10 do Termo de Referência que vincula a presente contratação.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Conforme definido no Termo de Referência, poderá haver subcontratação para a prestação dos serviços relativos aos Exames Médicos Ocupacionais, Validação de Atestados e atendimento Médico do Trabalho, sendo serviços necessariamente agendados no município da sede do Core-ES.

**9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. As sanções administrativas aplicáveis são aquelas previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1. Eventual rescisão deste Termo de Contrato se dará na forma dos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, 6.2.2.1.1.01.04.04.005-Serviços de Informática, Centro de Custo 02.01.001 - ATIVIDADES - Manter e desenvolver as atividades da gestão administrativa.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Este contrato vincula-se ao ato que autorizou a contratação direta e às demais disposições legais da Lei nº 14.133/21.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**

13.1. A publicação deste Contrato será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

14.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.6. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.7. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (Trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.8. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.9. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.10. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, o CONTRATANTE no caso de perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.11. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.12. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORE-ES**

14.13. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com o CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.14. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.15. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Espírito Santo – Justiça Federal (TRF-2).

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

*Vitória/ES, data conforme assinatura eletrônica.*

**Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo –  
Core-ES**

**Marcelo Marino Simonetti**

*Core-ES 10084 / CRA-ES 02740 / OAB-ES 39.580*

*Diretor-Presidente do Core-ES*

**EMPRESA**

CNPJ (...)

**TESTEMUNHAS**